

segurada Ana Lúcia da Silva Almeida
 Origem : Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua
 Assunto : Pensão
 Exercício : 2012
 Relator : Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
20) Processo nº 201303551-00
 Interessado(a) : Edmirson Conceição da Fonseca
 Origem : Câmara Municipal de Porto de Moz
 Assunto : Resolução nº 002, de 25.02.2013, que fixa as diárias dos Vereadores
 Exercício : 2013
 Relator : Conselheiro Aloísio Chaves
21) Processo nº 201106546-00
 Responsável : Narrinha W. Salomão Coelho
 Origem : Câmara Municipal de Afuá
 Assunto : Resolução nº 001/2011, que reajusta a remuneração dos Servidores da Câmara Municipal
 Exercício : 2011
 Relator : Conselheiro Cezar Colares
 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 06/03/2014.
a) Robson Figueiredo do Carmo
 Secretário Geral

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654658

Órgão: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Commissionado

ATO: PORTARIA Nº 28.331

Data de Admissão: 01/03/2014

Nome do Servidor Cargo do Servidor Observação

EDSON JOSE ALMEIDA DIAS Assistente de Transporte NM-01

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

Nº 03/2014-REPETIÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654742

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o resultado do Pregão Presencial nº. 03/2014- Repetição, cujo objeto é o Registro de Preços de Material Gráfico, que teve como vencedora a empresa A M SANCHES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI-EPP, para efeitos legais.

Belém, 06 de março de 2014.

Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Presidente

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654970

Portaria: 28.338

Objetivo: Para participar do "levantamento dos quantitativos necessários para a reforma do imóvel onde funcionará a Sucursal Marabá".

Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Marabá/PA - Brasil<br

Servidor(es):

0100168/CARLOS MIRACI HOLANDA REIS (TÉCNICO AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS) / 3.5 diárias (Completa) / de 10/03/2014 a 13/03/2014

0100223/LUIZ CARLOS BENTES HORTA (ASSESSOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO) / 3.5 diárias (Completa) / de 10/03/2014 a 13/03/2014<br

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654933

Portaria: 043/2014

Objetivo: Tratar de assuntos de interesse do Ministério Público de Contas do Estado junto à Representação da Procuradoria Geral do Estado em Brasília/DF

Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94 c/c a Resolução nº 05/2013, do Colégio de Procuradores do MPC/PA

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Brasília/DF - Brasil<br

Servidor(es):

200006/ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE (Procurador Geral de Contas) / 1.0 diárias (Completa) / de 26/02/2014 a 26/02/2014<br

Ordenador: MARIA HELENA BORGES LOUREIRO

RESULTADO FINAL - PREGÃO Nº 03/2014/MPC/PA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654946

O Pregoeiro responsável pela condução do Pregão Nº 03/2014/MPC/PA, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA o resultado final do Pregão em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços de material de expediente, com garantia, conforme o Termo de Referência:

LICITANTE VENCEDOR	LOTES ADJUDICADOS
IVRS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME	1, 2, 3, 6, 7
R. CASTILHO GOMES	4
PAPEL E CIA LTDA	5

Belém, 06 de março de 2014

ROGÉRIO COUTO FELIPE

PREGOEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO

Nº 03/2014/MPC/PA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654952

O Procurador Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando o Resultado Final do Pregão Nº 03/2014/MPC/PA e tudo mais que consta do referido processo, resolve, nos termos e para os fins e efeitos do Art. 4º, XXII da Lei Nº 10.520/2002, **HOMOLOGAR** o certame, cujo objeto é o registro de preços de material de expediente, com garantia.

Belém, 06 de março de 2014

ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

PROCURADOR GERAL DE CONTAS DO ESTADO

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nº PUBLICAÇÃO : 654959

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 645635

Nota de Empenho da Despesa: 2014NE00053

Valor: 454,20

Data: 31/01/2014

Vigência: 31/01/2014 a 30/04/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza higienização conforme Ata de Registro de Preço nº 05/2013/MPC/PA.

Registro de Preços: 5/2013

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

01122129745340000 339030 0101000000 Estadual

Contratado: BOM BONS E DESCARTAVEIS LTDA

Endereço: Bc da Piedade, Bairro: Reduto, 32

CEP. 66053-220 - Belém/PA

Telefone: 9132121231

Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nº PUBLICAÇÃO : 654962

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 645649

Nota de Empenho da Despesa: 2014NE00054

Valor: 1.885,50

Data: 31/01/2014

Vigência: 31/01/2014 a 30/04/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza higienização conforme Ata de Registro de Preço nº 05/2013/MPC/PA.

Registro de Preços: 5/2013

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

01122129745340000 339030 0101000000 Estadual

Contratado: BOM BONS E DESCARTAVEIS LTDA

Endereço: Bc da Piedade, Bairro: Reduto, 32

CEP. 66053-220 - Belém/PA

Telefone: 9132121231

Ordenador: ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2014-MP/1ª PJ/DC

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 654679

REFERÊNCIA: INQUÉRITO CIVIL Nº 003/2012-MP/1ª PJDC

OBJETO: Regularização da produção e comercialização no Estado do Pará dos produtos derivados da mandioca: farinha, tapioca, goma, Tucupi e Maniva.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, lotada na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 – CF, art. 8º, §1º e §2º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF e Lei Orgânica MP nº 8.625/93, art. 1º); CONSIDERANDO, ainda, o Art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;

CONSIDERANDO o Art. 187 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: VI O Cooperativismo;

CONSIDERANDO o Art. 2º da Lei I nº 7.565, 25/10/2011, que assim estabelece: Entende-se por elaboração de produtos artesanais comestíveis, de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantenham características culturais ou regionais, produzidos em escala não-industrial, obedecidos os parâmetros fixados em regulamento específico por produto;